



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Reunião Ordinária – Acta nº 11/2011

Data – 2011-04-18

Início – 14.35 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.35 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatós dos Reis
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Elsa Maria da Costa Cardoso (substituição)
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 15-04-2011:

a) Dotações Orçamentais.....€118.060,92
b) Dotações não Orçamentais.....€41.932,64

Total das Disponibilidades€159.993,56



Não podendo estar presente na reunião, por motivo de férias, o Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, António Santana Maia Leonardo, manifestou à Presidente da Câmara, previamente à reunião, a sua vontade de se fazer substituir pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata apresentada às Eleições Autárquicas de 2009, Elsa Maria da Costa Cardoso.

Desta forma, dando cumprimento ao previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, verificando-se que Elsa Maria Costa Cardoso se encontrava no edifício dos Paços do Concelho, foi a mesma convocada e, não tendo recusado a substituição, passou a tomar parte da reunião.

CL
CET

A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta e cinco minutos.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Vereadora Elsa Cardoso, a parte da acta relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara, deu conta da Acta do Júri relativa ao acto público de abertura de propostas realizado no dia 14 de Abril de 2011, referente ao concurso público para a cedência de ocupação de espaços públicos destinados a instalar equipamentos de venda de cervejas, águas e refrigerantes, no âmbito das Festas de Abrantes 2011, tendo o mesmo ficado deserto, por falta de apresentação de propostas. - 14804

Tomado conhecimento.



Deu igualmente conta da Acta do Júri relativa ao acto público de abertura de propostas realizado no dia 14 de Abril de 2011, referente ao concurso público para a cedência de exploração de espaço público destinado a instalar equipamento de venda de café, no âmbito das Festas de Abrantes 2011, tendo o mesmo ficado deserto, por falta de apresentação de propostas. - 14805

Tomado conhecimento.



Nº 39 - Apresentou a Informação Nº 74 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 13 de Abril de 2011, referindo que a fim de proceder à calendarização definitiva e realização de escala do serviço do Museu D. Lopo de Almeida, sugere que durante o ano de 2011, o espaço esteja encerrado no seguinte dias:

- Sexta-feira Santa, dia 22 de Abril;
- Domingo de Páscoa, dia 24 de Abril;
- Domingo dia do Trabalhador, 1 de Maio;
- Domingo, dia de Natal, 25 de Dezembro.

Pl

CS

Os restantes feriados e fins-de-semana, o Museu e Castelo de Abrantes abrirão as portas, conforme horário habitual definido. - 20171

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovado nos termos sugeridos.

À Divisão de Cultura e Turismo, para os devidos efeitos.



Nº 40 – A Presidente da Câmara apresentou para aprovação, a minuta do protocolo de cooperação, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação Knockout, com vista à concretização do processo de cooperação humana, logística e financeira, para a realização do Encontro Municipal de Associações de Juventude, a levar a efeito no dia 30 de Abril de 2011. - 18153

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



A Presidente da Câmara deu conhecimento do programa do Encontro Municipal de Associações de Juventude, a levar a efeito de 27 a 30 de Abril de 2011.

Tomado conhecimento



Deu igualmente conhecimento, que a sessão extraordinária da Assembleia Municipal relativa às comemorações do 25 de Abril, realizar-se-á no Cineteatro S. Pedro, em Abrantes, pelas 16 horas. No mesmo dia, pelas 15 horas, haverá uma cerimónia presidida pela Secretária de Estado da Igualdade, Elza Pais, para assinatura de dois protocolos, um protocolo de colaboração entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género e a Câmara Municipal e um outro protocolo de cooperação relativo à Rede Especializada de Intervenção na Violência.

Mais informou que a Sessão ordinária da Assembleia Municipal será no sábado, dia 30 de Abril, pelas 15 horas, também no Cineteatro S. Pedro.

Tomado conhecimento

Handwritten signatures and initials.

Nº 41 – A Presidente da Câmara apresentou para aprovação, um pedido de Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Acção Social e Cultura, a solicitar a autorização para ocupação da via pública, para a venda de brindes nos dias 19 e 23 de Maio de 2011, mediante dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos respectivos licenciamentos.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a ocupação da via pública nos dias pretendidos, mediante a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos



Nº 42 – A Presidente da Câmara apresentou também, a Informação Nº 72 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 11 de Abril de 2011, sobre o pedido da Rádio Antena Livre, a solicitar a cedência gratuita do Pequeno Auditório do Cineteatro S. Pedro, em Abrantes, para a realização da VI Gala Antena Livre, no dia 29 de Abril de 2011. - 19513

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 96,82€ (noventa e seis euros e oitenta e dois cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 43 – Apresentou igualmente, uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 11 de Abril de 2011, acerca do pedido da Associação de Moradores de Amoreira, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído e autorização para

P1

Cet

serviços de restauração e bebidas ocasionais, para a realização dos festejos de Amoreira, nos dias 30 de Abril e 1 de Maio de 2011. - 18728

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 81,90€ (oitenta e um euros e noventa cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 44 – Deu conta de uma Informação da Divisão de Desporto e Juventude, na sequência do pedido da Brigada Mecanizada (BrigMec), a solicitar autorização para utilização do Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes (Piscina Coberta) com isenção do pagamento das respectivas taxas, para a realização de treinos nos próximos dias 28 e 29 de Abril e 3, 4, 5, e 6 de Maio e uma prova no dia 11 de Maio. - 20110

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 1.625,40€ (mil seiscentos e vinte e cinco euros e quarenta cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 45 – Apresentou também a Informação Nº 116 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 15 de Abril de 2011, acerca da desafecção de arruamento do domínio público municipal, - Rua Dr. Raul Figueiredo - no âmbito do Projecto de "Construção do Centro Escolar da Encosta Sul – Abrantes".

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, proceder à desafecção do domínio público municipal da área de 792,76 m² da Rua Dr. Raul Figueiredo, a partir da Avenida Rainha D. Leonor para ser integrada no domínio privado municipal, na área do prédio onde irá ser construído o centro escolar, nos termos do disposto no artigo 53º nº 4 alínea b) da Lei nº 169/99, de 11 de Janeiro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 17º do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de Agosto e de acordo com a referida Informação Nº 116 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 46 – Por último, apresentou a Informação Nº 22/2011/PV do Serviço de Assuntos Jurídicos da Divisão Jurídica, datada de 15 de Abril de 2011, acerca do pedido de Latitude – Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda., a solicitar a isenção de IMT relativamente aos lotes 22 a 26 do Loteamento da Colina do Tejo e a prorrogação do respectivo prazo de isenção do pagamento do IMT por mais 5 anos, ao abrigo do disposto no artigo 12º nºs 2 e 3 da Lei das Finanças Locais, no âmbito do processo que se encontra na ordem de trabalhos da presente reunião.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o pedido de isenção de IMT relativamente aos lotes 22 a 26, como consequência da exclusão dos referidos lotes do loteamento "Colina do Tejo" e da proposta de restituição à requerente do valor pelos quais os mesmos foram avaliados, conforme exposto nos pontos 6.1 a 6.7 da referida Informação Nº 22/2011/PV do Serviço de Assuntos Jurídicos da Divisão Jurídica, que se dão por transcritos. Rejeitar o pedido de prorrogação do prazo de isenção do pagamento do IMT, nos termos explanados nos pontos 7.1 e 7.10 da citada Informação Nº 22/2011/PV do Serviço de Assuntos Jurídicos da Divisão Jurídica, que igualmente se dão por transcritos.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A Vereadora Celeste Simão entregou cópia de um documento, contendo resposta aos diversos pedidos de esclarecimentos apresentados pelos Vereadores do PSD, na reunião de 04 de Abril de 2011.

“(1) Carta Educativa

A sua revisão, sob proposta do Conselho Municipal de Educação, foi aprovada em reunião de câmara.

Pe
Cet

Neste momento estão a ser desenvolvidos os procedimentos com vista à referida revisão.

(2) Diagnóstico Social

Está concluído e prevê-se a apresentação do referido documento no dia 5 do mês de Maio, ao Núcleo Executivo da Rede Social.

(3) Plano/ Diagnóstico sobre o Plano Municipal da Igualdade + (4) Centro de Inclusão e o Gabinete de Apoio à Vítima

O Projecto associado ao Centro de Inclusão Social prevê o Diagnóstico e o Plano Municipal da Igualdade bem como o Serviço de Atendimento à Vítima. Este projecto encontra-se estruturado e será apresentado publicamente no dia 25 de Abril.

Neste dia serão assinados os protocolos de cooperação com a CIG e o Município de Abrantes e o da Rede Especializada de Intervenção na Violência.

(5) Formação frequentada pelos Técnicos e Assistentes Sociais da Autarquia

Já foi agendada a primeira fase de formação e treino específico para os técnicos, não só da autarquia, mas para todos e todas que se encontram a trabalhar na estruturação da Rede Especializada de Intervenção na Violência de Abrantes.

(6) Regulamento de Apoio aos Estratos Sociais Desfavorecidos

Já se encontra concluído um regulamento de apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade social, estando neste momento a ser revisto pelos serviços jurídicos. De salientar no entanto que este documento é também uma compilação dos apoios sociais já implementados pela autarquia."



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

O Vereador Manuel Jorge Valamatos deu conhecimento da realização das seguintes actividades desportivas, a levar a efeito de 18 de Abril a 01 de Maio de 2011:

Actividade/Evento	Local	Dia	Hora
Estágio da Selecção Nacional de Cadetes – Canoagem	Aquapolis	18 a 23 Abril	
9º Torneio Futebol 7 - Veteranos	Cidade Desportiva (campo nº 2 e nº 3)	19,21,26 e 28 Abril	21h00
Intra_Rail Live Trip – Comemoração dos 25 anos Cartão Jovem	Cidade de Abrantes	20, 21 e 22 Abril	
XXVI Descida dos 3 Castelos - Canoagem	Rio Tejo	22 e 23 Abril	14h00
12º Grande Prémio de Atletismo 25 de Abril	Cidade Desportiva – Pista de Atletismo	25 Abril	10h00
Passeio BTT das 4 Aldeias – Casa do Povo de São Facundo	São Facundo	25 Abril	9h00
Jornadas da Juventude de Abrantes 2011	Cidade de Abrantes	27 a 30 Abril	
Regional de Actividades Rítmicas Expressivas EAE do Médio Tejo	Pavilhão Desportivo Municipal de Tramagal	29 Abril	Todo o Dia

Acta da reunião de -18- de -Abril de 2011

Al
at

VII Encontro Municipal de Associações de Juventude	Quinta de Santa Catarina - Abrançalha de Baixo	30 Abril	10h00
Km Jovem Regional – Torneio de Preparação – Atletismo	Cidade Desportiva – Pista de Atletismo	30 Abril	15h00
1ª Etapa do Circuito Nacional BMX Freestyle Series	Parque Radical	30 Abril e 1 Maio	
II Passeio BTT – “Na Pegada do Lobo” Carvalhal - Abrantes	Carvalhal	1 Maio	9h00



VEREADOR CARLOS ARÊS

O Vereador Carlos Arês solicitou esclarecimentos sobre a situação da obra do Mercado Municipal de Abrantes.

A Presidente da Câmara informou que quando se começaram a fazer as primeiras escavações no edifício, surgiram alguns problemas estruturais sérios, nomeadamente ao nível da contenção, pelo que houve a necessidade de se proceder a algumas alterações, para aumentar a contenção periférica do próprio edifício e neste momento está previsto o próximo dia 26 de Abril para se retomar a obra em pleno.



VEREADORA ELSA CARDOSO

A Vereadora Elsa Cardoso, apresentou uma proposta dos Vereadores do PSD, relativamente aos semáforos do parque de estacionamento do Convento de S. Domingos.

A Presidente da Câmara remeteu a proposta em causa para agendamento na próxima reunião de Câmara.



Apresentou igualmente uma proposta dos Vereadores do PSD, sobre o corte/desbaste de arbustos na Avenida das Forças Armadas.

A Presidente da Câmara remeteu a referida proposta para agendamento na próxima reunião de Câmara.



A Vereadora Elsa Cardoso, apresentou também um pedido de esclarecimentos dos Vereadores do PSD, que abaixo se transcreve:

"Toda a gente já constatou que a obra do mercado diário está parada e não parece que seja pelas boas razões.

Ou seja, por se ter reconhecido finalmente não só que o Mercado Diário se deveria manter enquadrado e integrado no seu local de sempre, por direito e tradição, como também que o novo local escolhido é absolutamente desadequado para um mercado deste tipo, tendo em conta que não tem largura, nem profundidade suficiente, para já não falar da sua localização e da dificuldade de cargas e descargas.

Infelizmente, duvidamos que tenha sido esta a razão por que as obras pararam.

Sendo certo que, se se viesse a confirmar que a obra está parada porque a área do projecto tem de ser reduzida, tal significaria obviamente que este investimento ficaria irremediavelmente comprometido, tendo até em conta que se trata de um investimento já de si duvidoso quanto à sua localização, funcionalidade e operacionalidade.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD gostariam de ser esclarecidos do seguinte:

- (1) *Por que motivo a obra está parada?*
- (2) *É verdade que o projecto está a sofrer alterações e que a área do projecto vai ser reduzida?*
- (3) *Em caso afirmativo:*
 - (a) *Qual a razão?*
 - (b) *De quem é a responsabilidade por essas alterações e pela paragem da obra?*
 - (c) *Quais os custos que a alteração ao projecto vai ter, no que respeita aos projectistas e ao empreiteiro?"*

Atendendo a que a resposta já havia sido dada pela Presidente da Câmara, aquando da intervenção do Vereador Carlos Arês, a Vereadora Elsa Cardoso referiu já estar esclarecida acerca do assunto.



VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O Vereador António Belém Coelho, apresentou um requerimento dos Vereadores do PSD sobre o Banco Alimentar Contra a Fome, que por ser extenso, se anexa à presente acta e se dá por transcrito.

A Presidente da Câmara esclareceu que, em momento algum, a Câmara Municipal solicitou ao Banco Alimentar Contra a Fome qualquer esclarecimento ou justificação na sequência do pedido apresentado pelos Vereadores do PSD. Os Vereadores do PSD são quem, imediatamente após a reunião de Câmara, colocam as suas intervenções no seu *blog*. E como sabem, é normal que as pessoas tenham conhecimento por esse meio do que são as suas intervenções.

Nem a Presidente da Câmara, nem a Vereadora Celeste Simão têm justificação para a resposta. Terá sido o responsável do Banco Alimentar que entendeu fazê-lo.

Aliás, aquando da apresentação do assunto na passada reunião, esclareceu que a Câmara Municipal não teria qualquer competência sobre o Banco Alimentar e que qualquer esclarecimento deveria ser obtido junto daquela entidade, porque o Banco Alimentar não faz parte da Rede Social.

Det

Assim, não vendo razão que justifique a intervenção agora apresentada, espera que tenha ficado clarificada a posição e actuação da Câmara Municipal.

A Vereadora Celeste Simão sugeriu que, tanto neste caso, como em futuros que venham a seguir-se, quando os Vereadores do PSD tivessem dúvidas, e antes de as tornarem públicas, as apresentassem directamente a si, que está sempre contactável e disponível. Evitava-se, assim, que se repetissem estes constrangimentos e seria melhor para todos e para a instituição.



O Vereador António Belém Coelho apresentou também uma proposta dos Vereadores do PSD, para apoio a famílias carenciadas do concelho de Abrantes.

A Presidente da Câmara remeteu a referida proposta para agendamento na próxima reunião de Câmara.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta o ofício com a refª 285.B.11, da Federação Portuguesa de Nataçã, datado de 30 de Março de 2011, a enviar um voto de agradecimento a esta Autarquia, pelo apoio e colaboraçã prestados àquela Federação durante o ano de 2010.

Tomado conhecimento.



Nº 2 - Proposta de Deliberaçã da Presidente da Câmara, remetendo para aprovaçã, minuta do protocolo de colaboraçã, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Junta de Freguesia de Concavada, referente à cedência precária de instalaçõs do Município, sitas em Concavada, na Avenida 12 de Julho, para instalaçã do Centro de Tecnologia, Informaçã e Comunicaçã, designado por Centro TIC.

Deliberaçã: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 3 - Proposta de Deliberaçã da Presidente da Câmara, na sequência do Associaçã de Geminaçã de Abrantes, datado de 31 de Março de 2011, a solicitar a atribuiçã de um

Q1
Cete

subsídio, para apoiar o transporte de três jovens abrantinos, que irão estagiar no Foyer Gabrielle Bordier em Parthenay, nos meses de Julho e Agosto de 2011.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio, no montante igual ao valor relativo aos encargos com o transporte de três jovens, que irão participar num estágio no Foyer Gabrielle Bordier em Parthenay.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 4 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 21 de Março de 2011, sugerindo o adiamento do período de renovação de licenças anuais de publicidade e ocupação de espaço público, para o dia 29 de Abril de 2011, aplicando-se as regras de agravamento a partir de 1 de Maio, em virtude da implementação das novas aplicações informáticas que gerem estes processos. – 18010

Deliberação: Por unanimidade, aprovar adiamento do período de renovação de licenças anuais de publicidade e ocupação de espaço público, de acordo com a referida Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização.

À Secção de Atendimento e Licenciamento Geral para os devidos efeitos.



Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara respeitante a uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 11 de Abril de 2011, acerca do pedido da Junta de Freguesia de Bemposta, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído, cartazes publicitários e autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, para a realização dos festejos de Bemposta, nos dias 29 e 30 de Abril de 2011. - 19232

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 98,07€ (noventa e oito euros e sete centimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Acta da reunião de -18- de -Abril de 2011

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara respeitante a uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 11 de Abril de 2011, acerca do pedido da Associação, Cultural, Desportiva e Recreativa de Bicas, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído e autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, para a realização de um baile, no dia 23 de Abril de 2011. - 18316

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 79,92€ (setenta e nove euros e noventa e dois cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara respeitante a uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 12 de Abril de 2011, acerca do pedido da Associação Knockout, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes aos licenciamentos de recinto improvisado, ruído, publicidade de cartazes impressos na via pública e autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais, para a realização do VI Encontro Municipal de Associações de Juventude, no dia 30 de Abril de 2011. - 15943

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 365,29€ (trezentos e sessenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara respeitante a uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 11 de Abril de 2011, acerca do pedido da Casa do Povo de Rio de Moinhos, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes ao licenciamento de prova desportiva, para a realização de um passeio de cicloturismo, no dia 25 de Abril de 2011.
- 19555

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 21,60€ (vinte e um euros e sessenta cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que proceda, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão Jurídica

Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, declaração de colaboração para a construção da Unidade de Saúde de Abrantes e remodelações de edifício para a extensão do Centro de Saúde/Instalações para Unidade de Saúde Familiar em Rossio ao Sul do Tejo, no âmbito da candidatura ao programa + Centro - Eixo 3 - Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub- Regionais.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as referidas declarações de colaboração, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, minuta do protocolo de cooperação, a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes, o Centro Hospitalar do Médio Tejo - Unidade de Abrantes, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Abrantes, a Associação Vidas Cruzadas e a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, com vista à definição da função de cada parceiro na constituição e desenvolvimento da Rede Especializada de Intervenção na Violência e respectivo Serviço de Atendimento à Vítima a ser implementado pela Câmara Municipal de Abrantes.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Os Vereadores do PSD, António Belém Coelho e Elsa Cardoso, apresentaram a seguinte declaração de voto:

Al

Cet

"Os Vereadores eleitos pelo PSD votam favoravelmente esta proposta.

No entanto, sendo uma Rede Integrada, deveria envolver muitas outras entidades.

A prevenção e actuação nas questões da Violência, à semelhança da CPCJ, deverá ser subsidiária e nela devem intervir todas as entidades de primeira linha deste concelho.

Para tal, seria necessário (como é obvio), definir e protocolar procedimentos de intervenção/articulação.

O Serviço de Apoio à Violência (SAV) deveria ser o gabinete especializado para onde as entidades de primeira linha passariam referenciar as situações, sempre que a sua intervenção não fosse suficiente e, mesmo quando fosse, dar conhecimento das situações ao SAV, para que este tivesse a real dimensão do fenómeno da violência no concelho.

E com tal abrangência até poderia vir a criar um Observatório Social.

Será de toda a pertinência a CPCJ fazer parte da parceria, no entanto, fazer parte dessa rede especializada, nos termos da lei, não são exactamente as suas funções.

A missão da CPCJ é actuar na promoção e prevenção do bem-estar das crianças e jovens: essa é a sua população-alvo, devendo, inclusive, comunicar de imediato ao Tribunal (artigo 91º - Lei 147/99, de 14 de Setembro), ocorrências deste género que se pratiquem contra crianças/jovens.

Quanto ao envolvimento de outras parecerias, damos, título de mero exemplo, as forças de autoridade que tem um longo historial de práticas, formação e conhecimento nestas matérias.

Assim, seria recomendável que a intervenção que se irá realizar assumisse a verdadeira dimensão de uma Rede Integrada, não se resumindo apenas a quatro entidades."

A Vereadora Celeste Simão esclareceu que o protocolo contempla, nesta fase inicial 5 parceiros, por ter sido esta a equipa formada para a estruturação desta rede e cuja integração se encontra fundamentada por parte da GIG, mais concretamente pelo departamento responsável pela violência doméstica. Numa fase mais avançada serão incluídos outros parceiros que se revelem pertinentes no funcionamento da rede. Quanto às forças policiais, a articulação com as mesmas já é um trabalho efectivo e que por força da Lei nem é necessário protocolar. A ESTA como parceiro terá a função também de criar um observatório ao nível da violência.

□□

Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, minuta do protocolo de instalação de residência de estudantes e de loja da juventude, a celebrar entre o Município de Abrantes e o IPT – Instituto Politécnico de Tomar.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

AL

6/10

Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, do seguinte teor:

"Para efeitos de instrução de candidatura a financiamento, propõe-se que a Câmara Municipal de Abrantes delibere considerar de elevado interesse para a comunidade e dinamizadores, quanto aos dois últimos, da economia local, a execução dos seguintes projectos:

- *Biblioteca Itinerante de Abrantes;*
- *Equipamentos Art'Andante;*
- *Guias de Visita das Aldeias de Abrantes;*
- *Praia Fluvial de Aldeia do Mato — Bungalows;*
- *Praia Fluvial de Aldeia do Mato — Piscinas.*

Ainda, de acordo com o regulamento/instrumento de financiamento aplicável (pontos 58 e 59 do Guião), e ao abrigo da alínea q) do nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 11/1, na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11/1, deve a CMA submeter a presente matéria a deliberação da Assembleia Municipal."

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o reconhecimento do interesse dos projectos, aprovação dos mesmos para execução e submissão à Assembleia Municipal para deliberação de aprovação.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa ao Reconhecimento de interesse para a comunidade local e regional do núcleo museológico do Tramagal, que a seguir se transcreve:

"Para efeitos de instrução de candidatura a financiamento, e porque o facto se evidência, propõe-se que a Câmara Municipal de Abrantes delibere considerar de elevado interesse para a comunidade local e regional, o núcleo museológico do Tramagal, considerando-se dinamizador da economia local a execução do projecto.

Ainda, ao abrigo da alínea q) do nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 11/1, na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11/1, deve a CMA submeter a presente matéria a deliberação da Assembleia Municipal."

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o reconhecimento do interesse para a comunidade local e regional, o núcleo museológico do Tramagal, e submeter à Assembleia Municipal para deliberação de aprovação.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa ao Reconhecimento do interesse de projectos a levar a efeito pela Associação Palha de Abrantes, que a seguir se transcreve:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

"Considerando que a Associação de Desenvolvimento Cultural Palha de Abrantes, no âmbito do subprograma 3 do ProDer — Abordagem LEADER, realizou duas candidaturas para projectos de preservação e recuperação de práticas e tradições culturais, ambos inseridos na Acção 3.2.1 — Conservação e valorização do património rural, nomeadamente quanto aos projectos: "O Antes e o Depois" + Livro "Pontes" e "Teares";

Considerando que estes projectos são de elevada importância cultural para as populações locais; propõe-se que a Câmara Municipal de Abrantes reconheça o seu interesse para a comunidade local, enquanto dinamizadores de cultura, e que a matéria seja também proposta para deliberação de aprovação na Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea q) do nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 11/1, na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11/1."

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o reconhecimento do interesse dos referidos projectos a levar a efeito pela Associação Palha de Abrantes, e submeter à Assembleia Municipal para deliberação de aprovação.



Divisão Financeira

Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência da Informação Nº 07 da Chefe da Divisão Financeira, datada de 12 de Abril de 2011, remete, para aprovação, os documentos de Prestação de Contas – Exercício 2010, integralmente elaborados nos termos do POCAL e de resolução do Tribunal de Contas nº 4/2001 – 2ª Secção, e que englobam:

Relatório de Gestão

- Estratégia e Execução
- Execução Financeira e Índices de Actividades
- Nota Explicativa – Resultados Líquidos
- Proposta de Aplicação dos Resultados

Demonstrações Financeiras

- Balanço
- Demonstração de Resultados

Mapas de Execução Orçamental

- Plano Plurianual de Investimentos
- Plano de Actividades Municipal
- Orçamento
- Controlo Orçamental da Despesa
- Mapa de Relação dos Encargos Assumidos durante a Gerência
- Controlo Orçamental da Receita
- Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos
- Execução Anual do Plano de Actividades Municipal

PL
celto

- › Fluxos de Caixa
- › Contas de Ordem
- › Operações de Tesouraria

Anexos às Demonstrações Financeiras

- › Caracterização da Entidade (Ponto 8.1 – POCAL)
- › Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados (Ponto 8.2 – POCAL)
- › Processo orçamental e respectiva execução (Ponto 8.3 – POCAL)
 - › Mapa de modificações ao Orçamento da Receita
 - › Mapa de modificações ao Orçamento da Despesa
 - › Mapa de modificações ao Plano Plurianual de Investimentos
 - › Mapa de modificações ao Plano Actividades Municipal
 - › Mapa da Contratação Administrativa
 - › Mapa de Transferências Correntes - Despesa
 - › Mapa de Transferências Capital - Despesa
 - › Mapa de Transferências Correntes - Receita
 - › Mapa de Transferências Capital - Receita
 - › Activos de Rendimento Variável
 - › Endividamento
 - › Mapa de Endividamento Bancário
 - › Mapa de Outras Dívidas a Terceiros

Outros Documentos (Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas)

- › Síntese das Reconciliações Bancárias - Anexo IV
- › Mapas dos Fundos de Maneio – Anexo V
- › Mapa das Participações Emolumentares e Custas de Execuções Fiscais – Anexo VI
- › Relação dos Funcionários em Situação de Acumulação de Funções – Anexo VII
- › Relação Nominal dos Responsáveis – Anexo VIII

Documentos de Suporte

- › Balancetes da Contabilidade Financeira
- › Resumo Diário de Tesouraria
- › Termo do Balanço à Tesouraria
- › Mapa Discriminativo das contas de imobilizado em curso
- › Documentos e Mapas referentes ao imobilizado

Mais propõe que seja sujeito à aprovação da Assembleia Municipal a Aplicação de Resultados do exercício 2010, conforme estipulado no ponto 2.7.3.1 do POCAL.

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PSD, António Belém Coelho e Elsa Cardoso, aprovar os documentos de Prestação de Contas, relativos ao Exercício de 2010 e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação.

Submeter igualmente à aprovação da Assembleia Municipal a Aplicação de Resultados do exercício 2010, conforme estipulado no ponto 2.7.3.1 do POCAL.

Acta da reunião de -18- de -Abril de 2011

Al
Cet

Os Vereadores eleitos pelo PSD apresentaram declaração de voto, que por ser extensa se anexa à presente acta e se dá por transcrita.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à Informação Nº 08 da Chefe da Divisão Financeira, datada de 12 de Abril de 2011, que remete, para aprovação, documento de Consolidação de Contas, relativo ao Exercício 2010, do grupo municipal, Município de Abrantes, Serviços Municipalizados de Abrantes, que engloba:

1. Balanço Consolidado
2. Demonstração de Resultados Consolidada
3. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PSD, António Belém Coelho e Elsa Cardoso, aprovar o referido documento, nos termos da citada Informação Nº 08 da Chefe da Divisão Financeira e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à Informação Nº 09, da Divisão Financeira, datada de 13 de Abril de 2011, que remete, para aprovação, a 1ª Proposta de Revisão Orçamental 2011, da Câmara Municipal de Abrantes, que visa a integração do Saldo Orçamental da Gerência Anterior, decorrente do encerramento das contas de 2010, no montante de 852.125,90€ (oitocentos e cinquenta e dois mil cento e vinte e cinco euros e noventa cêntimos).

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida revisão, nos termos da informação Nº 09 da Divisão Financeira e submeter à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à Informação Nº 12, da Divisão Financeira, datada de 14 de Abril de 2011, que remete, para aprovação, a 2ª Proposta de Alteração Orçamental 2011, da Câmara Municipal de Abrantes.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida alteração orçamental, nos termos da informação Nº 12 da Divisão Financeira.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de informação nº 11 da Divisão Financeira, datada de 12 de Abril de 2011, remetendo para aprovação a atribuição de apoio financeiro à TagusValley no valor de 617.716,36€ (seiscentos e dezassete mil setecentos e dezasseis euros e trinta e seis cêntimos) tendo por base a repartição do valor

dos encargos com a contrapartida nacional previstos para 2011 no plano de investimentos aprovado no âmbito do QREN, no montante global de 4.603.931,99€ (quatro milhões seiscentos e três mil novecentos e trinta e um euros e noventa e nove cêntimos).

Mais refere que o montante que for transferido para investimento material será convertido em Unidades de Participação (cerca de 70%).

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à TagusValley no valor de 617.716,36€ (seiscentos e dezassete mil setecentos e dezasseis euros e trinta e seis cêntimos), conforme preconizado na informação nº 11 da Divisão Financeira, a ser transferido por tranches, tendo em conta as disponibilidades de tesouraria.



Nº 20 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete a Informação nº 10, da Chefe da Divisão Financeira, datada de 12 de Abril de 2011, referente ao Parecer e Certificado Legal das Contas do Município – Gerência de 2010, apresentados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que também serão remetidos à Assembleia Municipal.

Tomado conhecimento.



Divisão de Recursos Humanos

Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação do Chefe da Divisão de Recursos Humanos, datada de 11 de Abril de 2011, a remeter para aprovação alteração ao mapa de pessoal, atendendo a que ocorreram diversas alterações, com entradas e saídas de colaboradores.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PSD, António Belém Coelho e Elsa Cardoso, aprovar a alteração ao mapa de pessoal, nos termos da referida Informação do Chefe da Divisão de Recursos Humanos e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Educação e Acção Social

Nº 22 - Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão, apresenta o ofício com a Ref. 262/2011 da Associação Vidas Cruzadas, datado de 1 de Abril de 2011, a remeter relatório de execução da actividade em 2010, no âmbito da parceria estabelecida entre aquela Instituição, o Centro Hospitalar do Médio Tejo, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Abrantes. - 18569

Tomado conhecimento.

Al
Det

Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação do Serviço de Acção Social e Saúde da Divisão de Educação e Acção Social, datada de 7 de Março de 2011, sugerindo a inclusão do pagamento do condomínio na renda da arrendatária, Angelina Rosa André Esteves, residente no fogo municipal situado na Rua Diogo Oleiro, nº 134, 2º Esquerdo, em Vale de Rãs, Abrantes, em virtude da mesma se encontrar em dívida de pagamento de condomínio nos três últimos meses.

Mais informa que o valor da renda é de 4,75€, acrescido de 7,50€ de condomínio, o que perfaz o total de 12,25€.

Remete igualmente fundamentação jurídica, elaborada pelo Serviço de Assuntos Jurídicos da Divisão Jurídica, acerca do assunto. - 13971

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a inclusão do pagamento do condomínio na renda da arrendatária, Angelina Rosa André Esteves, moradora no fogo acima mencionado, de acordo com a fundamentação do Serviço de Assuntos Jurídicos da Divisão Jurídica.

Ao Serviço de Acção Social e Saúde da Divisão de Educação e Acção Social, para proceder em conformidade.



Nº 24 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, respeitante a uma Informação do Serviço de Acção Social e Saúde da Divisão de Educação e Acção Social, datada de 21 de Março de 2011, na sequência de deliberação nº 6, tomada na reunião de 7 de Fevereiro de 2011, solicita a rectificação do valor constante no quadro de rendas para 2011, referente ao arrendatário, José Manuel Maria dos Santos de 106,87€ para 16,06€, uma vez que o valor referenciado anteriormente continha um erro, identificado à posteriori. - 3411

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a rectificação do valor constante no quadro de rendas para 2011, referente ao arrendatário, José Manuel Maria dos Santos, nos termos da referida Informação do Serviço de Acção Social e Saúde da Divisão de Educação e Acção Social.

Ao Serviço de Acção Social e Saúde para proceder em conformidade.



Nº 25 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, proposta de nomeação dos representantes do Município no Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, designadamente: - 18888

- Celeste Simão - Vereadora da Educação
- Pedro Moreira - Presidente da Junta de Freguesia de Alferrarede
- Francisco Bragança - Presidente da Junta de Freguesia de S. João.

O Vereador António Belém Coelho não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do Artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



Divisão de Cultura e Turismo

Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 05 de Abril de 2011, a aprovar os pedidos de apoio solicitados pela Associação Palha de Abrantes, no âmbito da realização da Festa da Cultura Cigana, que decorreu entre os dias 4 e 9 de Abril do corrente ano, no cineteatro S. Pedro, em Abrantes, de acordo com a Informação Nº 66 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 31 de Março de 2011. - 18073

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Manutenção e Transportes

Nº 27 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, referente à Informação Nº 34 do Chefe da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 11 de Abril de 2011, acerca do pedido do Tramagal Sport União, para dispensa do pagamento do valor, pelo transporte da equipa de Basquetebol ao aeroporto de Lisboa, no dia 9 de Abril de 2011. - 19315

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento das respectivas tarifas de utilização, no valor total de 105,11€ (centos e cinco euros e onze cêntimos).



Divisão de Projectos e Empreitadas

Nº 28 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, relativa à Informação Nº 103 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 04 de Abril de 2011, a dar conta que a sociedade de Construções José Coutinho, S.A., adjudicatária da empreitada de "Requalificação e Ampliação Escola EB nº 1 de Tramagal para Centro Escolar", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no artº 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

CL
CS

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 103 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 29 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, relativa à Informação Nº 105 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 04 de Abril de 2011, a dar conta que a sociedade de Construções José Coutinho, S.A., adjudicatária da empreitada de "Aquapolis - Margem Sul - 2ª Fase - Parque Ribeirinho de Abrantes", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no artº 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que a o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 105 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar a adjudicatária que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.

Al
ext

Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 30 - Proposta de Deliberação do Vereador Rui Serrano, referente à Informação nº 123/2011 RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 21 de Março de 2011, acerca do pedido de informação prévia de alteração de cobertura e alteração de fachada, de um edifício sito na Rua Avelar Machado, em São Miguel do Rio Torto, Abrantes. - 13629

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável ao referido pedido de informação prévia, nos moldes e com os condicionamentos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e do Director do Departamento de Obras e Urbanismo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 31 - Proposta de Deliberação do Vereador Rui Serrano, referente à Informação nº 640 de SOT/SSIG da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 07 de Abril de 2011, remetendo, para aprovação, alteração ao Loteamento Municipal de Arreciadas, freguesia de São Miguel do Rio Torto, Abrantes. - 14576

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração ao loteamento Municipal de Arreciadas, nos termos da referida Informação nº 640/2011 RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, que se dá por transcrita e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do Vereador Rui Serrano, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datada de 26 de Junho de 2010, a revogar a deliberação nº 8 da reunião de 07 de Junho de 2010, que indeferiu o pedido de prorrogação do prazo de emissão do alvará de loteamento, sito na Rua da Escola, em Casais de Revelhos, Abrantes, requerido por Leonor Soares Nuno do Canto e deferir o aludido pedido, nos termos e condições do Artigo 3º do Decreto-Lei 26/2010, tendo em atenção de que a última prorrogação terminou em 19 de Abril de 2010, estendendo-se o prazo até 19 de Abril de 2011.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do Vereador Rui Serrano.



Nº 33 - Proposta de Deliberação do Vereador Rui Serrano, referente à Informação nº 27/2011 da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 28 de Fevereiro de 2011, sugerindo que seja declarada a caducidade do processo com o nº 346/2011, em nome de A. Costa - Transacções Imobiliárias, Lda., nos termos da alínea b) do nº1 do artigo nº 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei 177/2011, de 4 de Junho.

Ch
C

Informa também que em tempo, a firma titular requereu a suspensão do referido processo e a libertação da garantia bancária nº 327 479 do Banco Espírito Santo, SA.

Deliberação: Por unanimidade, declarar a caducidade do processo e proceder ao seu arquivamento.

Proceder igualmente, à libertação da garantia bancária nº 327 479 do Banco Espírito Santo, SA., de acordo com a referida Informação nº 27/2011 da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 34 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência de uma Informação do Director do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 14 de Abril de 2011, relativa aos Lotes 1 a 31 do Loteamento Municipal denominado "Colina do Tejo", com a firma "Latitude - Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda", propondo que:

1. Que a Câmara Municipal delibere alterar oficiosamente o loteamento nos termos propostos e em função dos factos relatados pela informação da Chefe da DOGU datada de 01 de Abril de 2011;
2. Que, na sequência dessa aprovação, sejam accionados os mecanismos conducentes à alteração de inscrições e registos no Serviço de Finanças e na Conservatória do Registo Predial, quer relativamente à área privada, que no tocante à área de domínio municipal (número, designação e área de lotes);
3. Que a Câmara Municipal proceda à restituição à proprietária do valor de 325.397,80€ (trezentos e vinte e cinco mil trezentos e noventa e sete euros e oitenta centimos) relativos aos lotes a suprimir, após aprovação pela Assembleia Municipal;

Deliberação: Por unanimidade, alterar oficiosamente o loteamento nos termos propostos e em função dos factos relatados pela informação da Chefe da DOGU datada de 01 de Abril de 2011.

Accionar os mecanismos conducentes à alteração de inscrições e registos no Serviço de Finanças e na Conservatória do Registo Predial, quer relativamente à área privada, que no tocante à área de domínio municipal (número, designação e área de lotes).

Propor à proprietária "Latitude - Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda" à entrega do valor de 325.397,80€ (trezentos e vinte e cinco mil trezentos e noventa e sete euros e oitenta centimos) relativos aos lotes a suprimir, após aprovação da Assembleia Municipal, por terem sido adquiridos por permuta anteriormente aprovada por aquele órgão, devendo a área correspondente aos lotes ser objecto de escritura de reversão (venda a favor do município) com o reajustamento necessário no loteamento decorrente da sua saída do mesmo, e serem prosseguidos os trâmites registrais e matriciais adequados.

Pl
et

Nº 35 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo Vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES

Nº 36 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara remetendo, para aprovação, Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2010, dos Serviços Municipalizados de Abrantes, incluindo Proposta de Aplicação de Resultados e outros documentos exigidos pelo Tribunal de Contas.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PSD, António Belém Coelho e Elsa Cardoso, aprovar os referidos documentos dos Serviços Municipalizados e submeter os mesmos à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.



Nº 37 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, a 1ª Revisão Orçamental aos Documentos Previsionais de 2011, dos Serviços Municipalizados de Abrantes.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida revisão e submeter a mesma à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação.



Nº 38 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente ao ofício nº 822 de Ambientabrant - Serviços Municipalizados, datado de 13 de Abril de 2011, a remeter proposta de Regulamento de Águas Residuais do Município de Abrantes, elaborado ao abrigo do artigo 62º do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de Agosto e da Portaria nº 34/2011, de 13 de Janeiro, para aprovação prévia e promoção de um período de consulta pública pelo período de 30 dias úteis.

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e trinta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Carina do Carmo

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Cetso Alexandre Justino Paulo

BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME

Requerimento

18 de Abril de 2011

B
E.M.C.
C1
OK

Na última reunião da câmara, os vereadores Santana Maia e Belém Coelho solicitaram à senhora presidente os seguintes esclarecimentos: (1) Quem decide sobre as famílias a serem apoiadas pelo Banco Alimentar contra a Fome? (2) Competindo à Câmara Municipal a coordenação da Rede Social e atendendo a que as assistentes sociais do município, da Segurança Social e das IPSS'S locais (quando existem) têm que ser conhecedoras das famílias com carências mais acentuadas, de que forma as mesmas participam neste programa alimentar? (3) No âmbito da Rede Social de que forma os presidentes das juntas participam neste programa?

Apresentaram, ainda, a seguinte proposta: que a coordenadora da Rede Social agendasse uma reunião com os responsáveis do Banco Alimentar Contra a Fome, com vista à criação de uma equipa constituída pelas assistentes sociais da Câmara Municipal, da Segurança Social, das IPSS'S da Freguesia (se existirem) e presidentes das juntas de freguesia, com o objectivo da partilha de informações sobre as famílias que devem usufruir deste apoio.

Não restam, pois, quaisquer dúvidas que o pedido de esclarecimento foi formulado em reunião da câmara e dirigido à senhora presidente da câmara e a proposta foi apresentada em reunião da câmara, tendo sido requerido o seu agendamento.

Qual não foi, por isso, o nosso espanto ao saber que o vereador Santana Maia recebeu, no passado dia 8/4/2011, o seguinte mail enviado do Banco Alimentar de Abrantes: «Segue em anexo, resposta às questões colocadas por V. Exas na reunião da Câmara Municipal de Abrantes de 04 de Abril de 2011, sobre o tema "Banco Alimentar Contra a Fome". Com os melhores cumprimentos, O BACF de Abrantes Noémia Alagoa».

E em anexo, vinha o documento que anexamos, assinado por Carlos Fazendeiro, presidente do Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes, que, dirigindo-se aos

\$
ene.
li
Ceto

"vereadores do Partido Social Democrata" (sic), começava da seguinte forma: «Dando respostas às questões colocadas V.Exas na reunião da Câmara Municipal de Abrantes de 4 de Abril de 2011 sobre o tema "Banco Alimentar Contra a Fome" tomo a liberdade como membro do Banco Alimenta Contra a Fome de Abrantes de informar V.Excia do seguinte: O Banco Alimentar Contra a Fome é aconfessional e apartidário. Nunca permitirá, de acordo com a sua filosofia que nenhum partido ou ideologia religiosa intervenha na qualidade dos seus serviços (...)».

E terminava dizendo o seguinte: «O Banco Alimenta Contra a Fome tem o dever gravíssimo de ser fiel às suas normas. Doutra forma, é-lhe retirada a "marca" de Banco Alimentar Contra a Fome».

Antes de mais, os vereadores Santana Maia e António Belém Coelho não solicitaram qualquer pedido de esclarecimento ao senhor presidente do Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes, mas à presidente da câmara.

Por outro lado, também não parece que o Banco Alimentar Contra a Fome seja um serviço da câmara municipal para onde a senhora presidente pudesse remeter o nosso pedido de esclarecimento para informação.

Mas mesmo que assim fosse, sempre a resposta ao pedido de esclarecimento teria de ser dado via senhora presidente da câmara, como, aliás, sempre sucedeu.

Agora o que é surpreendente é que o presidente do Banco Alimentar Contra a Fome, absolutamente consciente do dever de preservar o Banco Alimentar Contra a Fome da luta político-partidária, tenha o à vontade não só de substituir-se à senhora presidente da câmara na resposta ao pedido de esclarecimento que os vereadores Santana Maia e Belém Coelho apresentaram na reunião da câmara como também na forma acintosa como desloca o nosso pedido de esclarecimentos para o terreno da luta político-partidária.

Tanto assim que começa logo por se referir aos vereadores como "vereadores do Partido Social Democrata" (ou será que o senhor presidente do Banco Alimentar Contra a Fome também trata a senhora vereadora Celeste como vereadora do Partido

[Handwritten signatures and initials]

Socialista e a senhora presidente da câmara como presidente da câmara do Partido Socialista?) e por afirmar que "*nunca permitirá que nenhum partido intervenha na qualidade dos seus serviços*", o que significa que é neste terreno que coloca a nossa intervenção e a sua resposta.

Ora, se o Banco Alimentar Contra a Fome é apartidário e não permite que nenhum partido ou ideologia religiosa intervenha na qualidade dos seus serviços, então também não se deve intrometer na luta política, ao lado de qualquer das partes, nem, muito menos, substituindo-se a uma das partes, como foi manifestamente o caso.

Sendo certo que também não consta que o Banco Alimentar tivesse reagido de forma tão acintosa, relativamente aos vereadores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata (para usar a sua expressão), quando a Câmara lhe cedeu as novas instalações.

Ora, os vereadores Santana Maia e Belém Coelho não solicitaram qualquer pedido de esclarecimento ao Banco Alimentar Contra a Fome, nem a sua proposta impõe qualquer obrigação relativamente ao Banco Alimentar Contra a Fome pelo que o Banco Alimentar Contra a Fome não tem de se pronunciar, nem, muito menos, de interferir no processo de decisão política.

A nossa proposta, a ser aprovada, apenas impõe à vereadora responsável pela Coordenação da Rede Social o agendamento de uma reunião com os responsáveis do Banco Alimentar Contra a Fome, com o objectivo de criar condições para a partilha de informação sobre as famílias que devem usufruir desse apoio.

Ou seja, a nossa proposta não obriga nem o Banco Alimentar a participar na referida reunião, nem a usar a informação que lhe for fornecida.

A nossa proposta impõe apenas obrigações do lado da Câmara, ficando o Banco Alimentar Contra a Fome livre para decidir da forma que lhe aprouver, inclusive recusar a reunião e as informações.


Pelo exposto e porque consideramos absolutamente inadmissível que o senhor presidente do Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes se tenha substituído à senhora presidente da câmara na resposta ao nosso pedido de esclarecimento e interferido directa e abertamente no processo de decisão política, **vimos requerer que a Câmara informe o senhor presidente do Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes que não deverá voltar a interferir directamente no processo de decisão política, nem, muito menos, substituir qualquer vereador ou a presidente da câmara relativamente às questões que a estes forem colocadas em reunião de câmara.**

Deverá ainda informar o senhor presidente do Banco Alimentar que, se o voltar a fazer, a Câmara será obrigada a comunicar à Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, uma vez que se trata de uma violação gravíssima das suas normas.

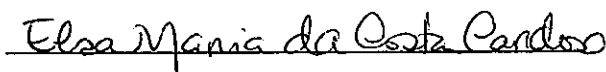
Mais requerem que a sua proposta seja agendada e os esclarecimentos solicitados prestados pela senhora presidente da câmara.

Juntamos 1 documento.

Os Vereadores



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



(Elsa Maria da Costa Cardoso)

Exmos Senhores
Dr. Santana-Maia Leonardo
Dr. António Belém Coelho
Vereadores do Partido Social Democrata

LI
Ct

Dando resposta às questões colocadas por V. Exas na reunião da Câmara Municipal de Abrantes de 04 de Abril de 2011, sobre o tema "Banco Alimentar Contra a Fome", torno a liberdade, como membro do Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes, informar V. Ex^{as} do seguinte:

- 1) O Banco Alimentar Contra a Fome é aconfessional e apartidário.
Nunca permitirá, de acordo com a sua filosofia, que nenhum partido ou ideologia religiosa intervenha na qualidade do seu serviço;
- 2) O Banco Alimentar Contra a Fome não entrega directamente qualquer produto alimentar, a pessoas individuais ou até mesmo a famílias;
- 3) O Banco Alimentar Contra a Fome tem equipas locais ou instituições a quem entrega os produtos alimentares. São estas que, por sua vez, distribuem de acordo com as necessidades sentidas no próprio terreno, uma vez que conhecem as dificuldades locais;
- 4) O Banco Alimentar Contra a Fome tem uma equipa de visitantes que acompanha as famílias a quem são distribuídos os alimentos e que verifica se a distribuição está ou não a ser executada, de acordo com as maiores necessidades;
- 5) O Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes tem recebido queixas, inclusive, ameaças de um tramagalense de quem não nos merece credibilidade, porque confrontado, apenas deseja fazer valer os seus caprichos.
O Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes entende que, neste caso, as queixas feitas, após profunda análise, não têm qualquer razão de ser;
- 6) O Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes está aberto a sugestões para melhor prestar o seu serviço. Não permite nem permitirá a intervenção de outros serviços político/sociais;
- 7) Tanto os Serviços da Segurança Social como os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Abrantes têm plena liberdade e dever de apresentar ao Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes qualquer situação que julguem crítica e absolutamente necessária, a ter o

apoio alimentar. Posteriormente, o Banco Alimentar fará a sua avaliação, análise e tomará a decisão, que, no momento, julgue a mais justa;

8) O Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes é membro da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, em Portugal que, por sua vez também está integrada na Federação Europeia dos Bancos Alimentares;

9) O Banco Alimentar Contra a Fome tem o dever gravíssimo de ser fiel às suas normas.

Doutra forma, é-lhe retirada a "marca" de Banco Alimentar Contra a Fome.

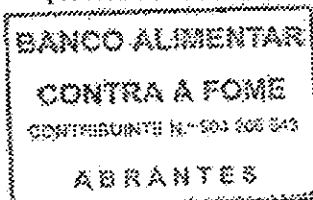
Espera o Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes esclarecer a sua filosofia e modo de actuação no terreno.

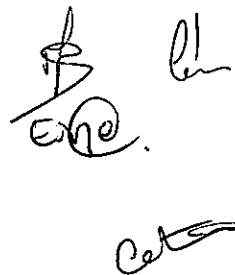
Serão sempre bem-vindas todas as ajudas para melhor poder servir.

Abrantes, 08 de Abril de 2011

O Presidente do Banco Alimentar
Contra a Fome de Abrantes

Carlos Fazendeiro
(Carlos Fazendeiro)





DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2010

Declaração de voto

18 de Abril de 2011

Na apreciação efectuada quando da apresentação do Orçamento e Opções do Plano que agora estão a ser novamente apreciados em termos de execução, tivemos ocasião de deixar bem claro, entre outras, que:

- o executivo municipal apresenta as suas opções políticas de fundo e quantifica-as em termos financeiros.
- estes documentos são, pois, um compromisso que o executivo apresenta aos eleitores e se propõe levar a cabo.
- anualmente, através dos documentos de prestação de contas, é aferido em que medida o executivo conseguiu ou não levar a cabo aquilo que propôs aos munícipes em sede orçamental.

Quando da discussão do Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2010, quer os vereadores do PSD na Câmara Municipal, quer os deputados municipais do PSD na Assembleia Municipal, votaram contra esses documentos, por várias ordens de razões, principalmente:

- o orçamento traduzia as prioridades do executivo socialista que, obviamente, não são as nossas, como ficou expresso em propostas de programas eleitorais;
- em termos de previsão de despesas, a maior fatia continuava a ser a das despesas correntes, tendo chamado a atenção na altura de que a execução orçamental penaliza sempre muito mais as últimas em relação às primeiras;
- em termos de previsão de receitas de capital se observava na nossa opinião uma elevada sobreestimação;

Agora, na fase de balanço do que foi executado face ao que foi proposto,

Handwritten signatures and initials.

verificamos que a os argumentos e observações aduzidas estavam correctos.

Verifica-se que em termos de execução, os documentos de prestação de contas apresentam os seguintes valores:

Handwritten signature.

Receitas	% exc.	Despesas	% exc.
Correntes	91%	Correntes	82%
De capital	47%	De capital	54%
Receitas globais	71%	Despesas globais	70%

Como habitualmente, e ao contrário do que acontece com a receita corrente, as receitas de capital tiveram uma fraca execução (menos de metade do previsto) que não deixou de se reflectir na execução das despesas de capital, apesar de se ter utilizado alguma poupança corrente no seu financiamento.

Em termos de receitas correntes, apontam-se as rubricas derrama e IMT para justificar alguma quebra; no entanto, quando da elaboração do orçamento toda a conjuntura de crise e um percurso muito provável do seu agravamento já era realidade.

Nestas contas, podemos igualmente observar o aumento da dependência da Autarquia relativamente às receitas alheias e fundamentalmente às transferências, quer correntes, quer de capital, que juntas representam mais de 64% das receitas globais, aumentando assim o desequilíbrio entre receitas próprias e receitas alheias.

Este facto é tanto mais preocupante, na medida em que se adivinham medidas muito prováveis, para não dizermos certas, de forte contenção nestas transferências, o que vai certamente pôr em causa orçamentos e contas futuras.

Se olharmos à execução em termos, quer do Plano Plurianual de Investimentos, quer do Plano de Actividades Municipal, e atendendo a que o primeiro reflecte essencialmente despesas de capital, as conclusões apontam no mesmo sentido:

Handwritten signatures and initials: "Al", "Ene.", and "Cot".

Rubricas	% exc.
Plano Plurianual de investimentos	52%
Plano de Actividades Municipal	79%

Comparando com o ano passado, a execução do PPI baixou 1% e a do PAM subiu 6%; pode-se pois concluir que a Autarquia continua a absorver grande parte dos seus recursos para o funcionamento da sua máquina, penalizando sobretudo a execução dos investimentos a que se propôs.

Também nesse aspecto os números absolutos verificados e os respectivos pesos no global, são disso indicativo:

Receitas	Valor(€)	%	Despesas	Valor(€)	%
Correntes	18 444 553	71,2%	Correntes	16 352 838	63,8%
De capital	7 463 851	28,8%	De capital	9 292 800	36,2%
Totais	25 908 404	100%	Totais	25 645 638	100%

Mais uma vez se verifica que, no todo da actividade da Autarquia, as despesas correntes continuam a assumir um peso cada vez maior, em detrimento das rubricas de investimento, o que indica que as opções e decisões tomadas em termos de execução de investimentos e na gestão do funcionamento dos mesmos não são as mais correctas em termos financeiros.

Este facto origina uma condicionante importante em termos financeiros para os anos futuros em que não se vislumbra mudança desta tendência a nível endógeno.

Podemos ainda observar que, em termos de despesa, a despesa corrente aumenta 3% face ao ano transacto, contra 0,6% da despesa de capital; isto numa conjuntura em que seria imperativo o contrário, ou pelo menos limitar ou eliminar o crescimento das despesas correntes.

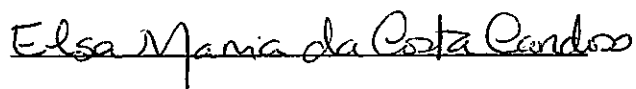
ANTÓNIO BELÉM COELHO
ELSA MARIA CARDOSO
VEREADORES

Pelas razões expostas, votamos contra estes documentos de apresentação de contas do ano de 2010.


Os Vereadores



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



(Elsa Maria da Costa Cardoso)



Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/04/18

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tp	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tp	Data
04.01	06000017	2006/01/10	LICOR	00000075	2006/01/10	JOSE CARLOS BARQUINHA PEDRO AV. FRANCIS WITBERAND 26 2º C CM00010424	alteração moradia PRAÇA LUIS DE CAMÕES SOUTO	11000345	DES	2011/04/07
2011/04/05: emita-se autorização de utilização.										
18.01	06000174	2006/03/07	LOEST	00000717	2006/03/07	LUIS MARIA BARREIRO RUA JOSE TORRES PEREIRA, N.º 115 CM00010741	visitoria edifício para habitação/comércio/serviços RUA DAS VINHAS	11000349	DES	2011/04/12
Visto. Tomei conhecimento										
06.01	10000295	2010/07/20	LICOR	10001260	2010/07/20	MARIA DIAS BATISTA CALDEIRAS RUA 1.º DESEMEMO N.º 41 1.º ESQº CM00014750	alteração moradia RUA DE CIMA, N.º 22 CASAS DE REVELHOS	11000350	DES	2011/04/13
2011.04.12: Emite-se autorização de utilização										
04.06	10000499	2010/11/26	RJE	10002125	2010/12/02	TERESA MARGARIDA PIRES DA SILVA ESTRADA NACIONAL, N.º 657 CHÃO DE CORDES CM00018790	construção moradia Olho de Boi, Lote 16 Alferrarede	11000342	DES	2011/03/31
2011/03/30: Aprovo comunicação prévia. Emite-se licença de construção.										

*** processado por computador ***
*** sistemas informu ***